



MÁRIO DE ANDRADE E A POLÊMICA EM TORNO DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA¹

Neila Barbosa de Oliveira Bornemann (UFMT)
Maria Inês Pagliarini Cox (UFMT)

RESUMO: O estudo teve por objetivo compreender alguns dos sentidos atribuídos por Mário de Andrade ao acontecimento linguístico que, desde o princípio da colonização, vinha engendrando uma língua ou uma norma outra que rachava o reino indiviso da lusofonia. Foi balizado pela análise de discurso francesa, especialmente pelo conceito de interdiscurso e seus correlatos. O *corpus* foi constituído por sequências discursivas extraídas da obra de Mário de Andrade, com base no princípio do trajeto temático. A análise mostrou que o lugar de que Mário de Andrade fala é o do separatista, porém esse lugar, longe de ser um território conquistado em definitivo, é um território sob litígio, disputado com o legitimista que quer manter a língua fiel ao padrão português.
PALAVRAS-CHAVE: Polêmica, português brasileiro, Mário de Andrade

MARIO DE ANDRADE AND THE POLEMIC ON BRAZILIAN LINGUISTIC IDENTITY

ABSTRACT: The study aimed to capture meanings assigned by Mario de Andrade to the linguistic event that, from the beginning of colonization, was engendering a language or a norm that was breaking the Lusophony kingdom. It was supported by the French discourse analysis, mainly by the concept of *interdiscourse* and its correlates. The *corpus* was formed with discursive sequences extracted from Mario de Andrade's work, based on the principle of the thematic trajectory. The analysis showed that the place of which Mário de Andrade speaks is that of the separatist's, however, this place, far from being a territory totally conquered, is a territory under litigation, disputed with the legitimist that advocates the maintenance of the Portuguese linguistic domain.

KEYWORDS: Polemic, Brazilian portuguese, Mário de Andrade

¹ Este artigo foi extraído da dissertação *O português brasileiro em Mário de Andrade pelo viés da análise de discurso*, defendida, em março de 2013, por Neila Barbosa de Oliveira Bonemann no Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem. A dissertação foi desenvolvida no escopo do projeto "Discursos sobre o português brasileiro – do século XIX ao século XXI, coordenado pela Profa. Maria Inês Pagliarini Cox, que atua na linha "Práticas textuais e discursivas: múltiplas abordagens" do MeEL/UFMT.

Notas prévias

Desde que o Brasil se emancipara politicamente de Portugal, no século XIX, a construção da identidade nacional se fez tema de um prolífero debate que se prolongou até o século XX, envolvendo escritores, artistas, políticos, gramáticos e representantes da *intelligentsia* brasileira de um modo geral. Os escritores românticos brasileiros foram os primeiros a entrar na briga pela emancipação estética em relação aos modelos portugueses e europeus e essa bandeira incluía a independência linguística. Nossa autonomia política não estaria completa se a nação recém-criada continuasse a se comportar como colônia cultural e linguística da metrópole portuguesa. Afinal, ter uma língua própria parece ser um imperativo a quem se declara uma nação independente.

Macedo Soares (1981, p.52 e 53) exprime precisamente a divisão linguística reinante no Brasil, na segunda metade do século XIX, ao se referir ao modo como nossos jornalistas escreviam: “Falando dizem que moram *na* rua do Ouvidor, *no* largo da Lapa, *no* campo de Santa Ana, *nas* Laranjeiras: escrevendo dizem, que moram *às* Laranjeiras, *ao* campo de Santa Ana, *à* rua do Ouvidor, *ao* largo da Lapa”. Quer dizer, eram brasileiros ao falar, mas, ao escrever, seguiam as normas ditadas por Lisboa. Também Alfredo Bosi (1992, p. 177) sintetiza muito apropriadamente a tensão “entre a Colônia que se emancipava e a Metrópole que se enrijecia na defesa de seu caducante Império”. Por um lado, o pólo brasileiro erguia a cabeça e pronunciava seu nome, por outro, o pólo português saía em defesa de seu melhor quinhão.

No que tange à língua especificamente, Pinto (1981) refere-se a duas posições discursivas em conflito, a posição dos separatistas e a posição dos legitimistas. De um lado, os separatistas, “homens embriagados pelo ideário de liberdade, viam como positiva a diferenciação linguística entre Brasil e Portugal e reivindicavam apaixonadamente a emancipação e a maioria cultural do Brasil” (ALBUQUERQUE e COX, 1997, p. 31). Animados pela independência política e pelo nacionalismo, os separatistas imbuíam-se do



dever de dar à nação brasileira uma língua própria. De outro lado, estavam os legitimistas que defendiam a conservação do português, tal como prescrito pelos gramáticos d'além mar, procurando impedir toda sorte de mudanças que a língua viesse a sofrer em solo brasileiro por meio de acréscimos, neologismos, estrangeirismos ou quaisquer outras afetações originárias da fala cotidiana. Enquanto os separatistas viam o processo de diferenciação que afetava o português falado/escrito no Brasil como algo positivo, como os primeiros passos de uma língua outra em formação, os legitimistas o viam como negativo, como a contaminação e destruição da pureza do idioma lusitano.

Ascendente entre os românticos, a posição separatista recuava para os bastidores entre os parnasianos, cujos princípios estéticos incluíam a sacralidade da forma, o respeito às regras de versificação, o preciosismo rítmico e vocabular, as rimas raras, a preferência por estruturas fixas, a exemplo do soneto, a retomada de temas clássicos. Essa preocupação exacerbada com a perfeição formal favorecia a posição legitimista, levando muitos parnasianos a entenderem “perfeição formal” como sinônimo de “correção gramatical”. Contudo, os parnasianos não demoraram a enfrentar a reação modernista que retomava, sob outras perspectivas, postulados do romantismo, dentre eles o de abasileiramento da língua e da literatura.

O movimento modernista propunha uma ruptura com as normas estéticas do passado, com as belas-letas e as belas-artes, com o academicismo. Entre as bandeiras reivindicadas pela sua vanguarda, estavam: o direito à pesquisa e experimentação estética, a liberdade de expressão e criação artística, a incorporação da vida cotidiana às temáticas literárias, com destaque ao folclórico e ao popular, a incorporação da pluralidade cultural e linguística brasileira, o nacionalismo crítico, as inovações técnicas por meio da adoção do verso livre, a linguagem coloquial e a eliminação de sinais de pontuação, bem como experimentos ousados no léxico, na sintaxe e na semântica. Muitos modernistas discutiram a questão da língua nacional, mas, certamente, o mais apaixonado, o mais contundente,

o mais envolvido e comprometido com a tarefa de encontrar uma norma brasileira que pudesse balizar a escrita literária foi Mário de Andrade (1893-1945).

Suas obras constituem verdadeiros manifestos em favor de uma língua e de uma literatura brasileiras, independentes daquelas de Portugal. Assim, na polêmica entre modernistas e conservadores, ele reconhecia a contribuição do português europeu, mas defendia a independência do idioma nacional, se não da língua ao menos da fala. Grosso modo, podemos dizer que a distinção língua/fala no discurso de Mário de Andrade antecipa, em décadas, a distinção sistema/norma proposta por Coseriu (1979). Quando se referia à fala brasileira, Mário estava pensando em uma norma brasileira, diferente da lusitana. A fala, para ele, apresenta, portanto, uma dimensão coletiva e não individual como faz supor a dicotomia saussureana *langue/parole*.

Muitas de suas pesquisas sobre a fala brasileira encontram-se registradas em esboços que possivelmente seriam direcionados para a obra *A gramatiquinha da fala brasileira*, que nunca chegou a ser concluída e publicada. Nessa obra inacabada, Mário de Andrade se apresentava como alguém que sabia escrever bem o português de Portugal, mas que se propunha a contribuir para a construção de uma “gramatiquinha” da fala brasileira. Não se tratava de uma gramática como as demais, mas de uma sistematização das constâncias observadas na fala dos brasileiros das diversas regiões, do campo e da cidade, da elite e do povo. Seu desejo era chegar a uma norma culta brasileira que pudesse ser a norma da escrita literária entre nós, superando o individualismo, o regionalismo e o populismo. Para isso se empenhou nas muitas expedições que realizou Brasil afora.

Assim, temos por objetivo geral perscrutar o posicionamento discursivo de Mário de Andrade, um escritor modernista, na polêmica acerca da constituição de uma identidade linguística brasileira. Buscamos responder à seguinte pergunta: Como Mário de Andrade se posiciona, no papel de enunciador modernista, na peleja pela construção de uma identidade



linguística nacional? Tendo em vista que a presente investigação busca depreender dos enunciados de Mário de Andrade suas interpretações acerca da alteridade linguística latente no português brasileiro, balizamos nosso estudo pela análise de discurso da vertente francesa, uma vez que sua especialidade é “o campo do sentido” (POSSENTI, 2004, p. 361). A AD visa compreender como objetos simbólicos fazem sentidos. Conforme Orlandi (2007, p. 26), a análise de discurso não busca revelar o sentido verdadeiro, pois, para ela, “Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”.

Para compor nosso dispositivo de leitura dos enunciados, recorreremos à noção nuclear de interdiscurso, privilegiando duas das hipóteses propostas por Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2005): a hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso e a hipótese da polêmica como interincompreensão. Consideramos as noções de interdiscurso e polêmica adequadas à análise do *corpus* pelo fato de as questões linguísticas sempre suscitarem controvérsias e batalhas verbais em meio à *intelligentsia* brasileira que buscava significar o país. Nosso estudo tem por referência o campo discursivo das Letras, do qual recortamos o espaço constituído pelas formações discursivas modernista e conservadora, que não cessam de se enredar no processo de interpretação do acontecimento linguístico que afeta a língua portuguesa no seu deslocamento de Portugal para o Brasil, engendrando uma língua diferente ou normas diferentes.

Realizamos uma pesquisa de arquivo. O arquivo, tal como o compreende Foucault (2005, p. 18), é “o conjunto de discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história”. Um arquivo se forma independentemente do propósito do analista de discurso. Fazer uma pesquisa de arquivo significa, pois, depreender as condições de aparecimento e existência de determinados enunciados e sua correlação com outros, partindo do pressuposto de que todo discurso é heterogêneo, é sempre uma trama interdiscursiva. Percorreremos o arquivo de

textos de Mário de Andrade em busca de sequências discursivas (doravante SDs) cuja temática fosse a língua ou fala brasileira nos termos do autor. A montagem do *corpus* consistiu em ler, localizar e extrair SDs dos textos, focalizando o tema em questão. Em análise de discurso, o *corpus* não é dado *a priori*, mas constituído a partir dos objetivos e perguntas de pesquisa.

Notas teóricas

O discurso é entendido, conforme Foucault (1986, p. 135), como um “conjunto de enunciados, na medida em que se apoia em um mesmo sistema de formação discursiva”. Já o enunciado, segundo o autor, não é uma frase (definida pela gramática), não é uma proposição (definida pela lógica), não é uma formulação (definida pela teoria dos atos de fala). O que define o enunciado é sua função de existência: “O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos” (FOUCAULT, 1986, p. 96). São os enunciados que autorizam perguntas como: os signos fazem sentido? A que se referem? Como se organizam e que atos realizam pela sua formulação?

Na perspectiva de Foucault (1986), analisar formações discursivas significa descrever as especificidades do enunciado, levando em consideração se o enunciado se apoia em um “conjunto de signos” que, para se realizar, requer “um referencial”, “um sujeito”, “um campo associado” e “uma materialidade”, sem a preocupação de identificar se este cumpre com os requisitos de ser aceitável gramaticalmente ou não. Desse modo, a análise do enunciado e a da formação discursiva são operações correlativas, interdependentes, uma vez que “a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva” (p. 135). Isso significa que a formação discursiva não deve ser tomada como um conjunto de princípios de construção, mas como uma lei de coexistência, quer dizer, o enunciado mantém com a formação discursiva uma relação de produtividade.

É principalmente na companhia de Maingueneau que fazemos o percurso interpretativo pelo conjunto dos enunciados que compõem nosso



corpus, o que equivale a tomar o interdiscurso como o conceito nuclear, ou seja, a partir do princípio de que as formações discursivas mantêm uma relação de interdependência constitutiva umas em relação às outras, a considerar que em momento algum elas são autônomas. Tendo como pano de fundo a noção de interdiscurso, os sentidos possíveis de um discurso correspondem aos sentidos demarcados pela identidade ideológica de cada uma das formações discursivas que se relacionam no interior de um mesmo espaço discursivo.

Maingueneau (2005, p. 21), na formulação da primeira hipótese do livro *Gênese dos discursos*, propõe o primado do interdiscurso sobre o discurso e afirma que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de troca entre vários discursos convenientemente escolhidos”. Assim, para perfilar a identidade de um discurso é indispensável considerar a relação que um discurso mantém com o Outro, ou seja, considerar suas relações interdiscursivas. Acompanhando Maingueneau (2005), grafamos “Outro” com “O” maiúsculo e o entendemos como a figura que representa a heterogeneidade constitutiva “que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (p. 33) ou “a intervenção de um conjunto textual historicamente definível que se encontra no mesmo palco que o discurso” (p. 41). Seria, pois, a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade do discurso (p. 21).

Ponderando que o conceito de interdiscurso seria muito “vago”, Maingueneau (2005) buscou torná-lo metodologicamente mais operacionalizável, por meio do trio conceitual: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. A noção de universo discursivo corresponde ao “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada” (p. 35). Apesar de se tratar de um conjunto finito, não é passível de apreensão em sua globalidade. Por isso, é de pouca utilidade para o analista, representando, axiomáticamente, o horizonte a partir do qual são constituídos domínios suscetíveis de serem estudados, que são os campos discursivos.

O campo discursivo deve ser compreendido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENAU, 2005, p. 35). A relação de concorrência deve ser entendida de maneira mais ampla, pois inclui “tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (p. 36). À guisa de exemplificação, o autor menciona “o campo político, filosófico, dramaturgico, gramatical etc...” (p. 36). É bastante enfático ao afirmar que esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de troca. A constituição de um discurso é realizada no interior do campo discursivo e deixa-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas imbricadas. Contudo, não é possível prever “as modalidades de relações entre as diversas formações discursivas de um campo” (p. 37). Dessa forma, para visualizar mais nitidamente as relações entre as formações discursivas, recorta-se um espaço discursivo passível de estudo.

Os espaços discursivos constituem “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENAU, 2005, p. 37). O recorte é direcionado por hipóteses formuladas pelo analista, de acordo com um conhecimento prévio dos textos e um saber histórico, os quais serão confirmados ou negados durante o desenvolvimento da pesquisa. Especificamente, no caso desta pesquisa, o espaço recortado tem por referência o campo discursivo das Letras, envolvendo formações discursivas responsáveis por diferentes interpretações do português outro em formação no Brasil desde que aqui desembarcara no século XVI. Nosso *corpus* é formado por enunciados extraídos da obra de Mário de Andrade, um enunciador interpelado pelo discurso da emancipação linguística e cultural do Brasil em relação a Portugal. Contudo, é impossível analisar esse *corpus* sem considerar o(s) discurso(s) do Outro, uma vez que ele(s) é(são) constitutivo(s) dos enunciados marioandradinos. No nível do espaço

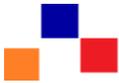


discursivo, a análise mostra “o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado” e “a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo” (p. 39).

Referindo-se à presença do Outro no discurso, Maingueneau (2005) afirma que essa relação pode revelar-se independentemente de qualquer forma de alteridade marcada explicitamente, pois a relação dialógica patenteia-se não apenas sob a forma de citações, alusões, modalizações autonômicas, mas também sob a forma do não-dito que age no avesso dos enunciados. Os enunciados devem ser interpretados “sobre seu ‘direito’ (relacionando-os a sua própria formação discursiva), mas também sobre seu “avesso”, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro (p. 40).

Com relação à possibilidade de localização do Outro no discurso, Maingueneau (2005) dialoga polemicamente com a concepção de Authier-Revuz (1990, 2004) sobre a heterogeneidade constitutiva e mostrada. Segundo a autora, que assume uma postura psicanalítica, todo discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro: “O *outro* não é um objeto (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso” (2004, p. 69). A heterogeneidade mostrada não seria o reflexo, na superfície do enunciado, da heterogeneidade constitutiva, mas sim “uma forma de *negociação* – necessária – do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva – *inelutável, mas que lhe é necessário desconhecer*” (2004, p. 72). A heterogeneidade mostrada “pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que depende *do outro no um*”. (2004, p. 73 e 74), ao passo que a heterogeneidade constitutiva é da ordem do interdiscurso na medida em que “amarra, em uma relação inextrincável, o Mesmo do discurso e seu Outro (MAINGUENEAU, 2005, p. 33).

Desdobrando a hipótese do primado do interdiscurso, Maingueneau (2005) propõe a hipótese da polêmica como interincompreensão. Segundo o autor, a polêmica ocorre em razão da inevitável relação entre discursos



opponentes, no interior de um mesmo espaço discursivo. Opondo-se e rejeitando um ao outro, os discursos instauram uma polêmica que se constitui tanto por meio da heterogeneidade mostrada quanto por meio da constitutiva. No fio discursivo, a polêmica se manifesta mediante simulacros, traduções/interpretações negativas do discurso opositor. Diante da impossibilidade de pôr fim à existência de um discurso oponente, os simulacros são o resultado do esforço constante de que um discurso lança mão para se conservar intacto diante da figura ameaçadora do seu Outro.

Maingueneau (2005) detalha a noção de polêmica por meio da noção de interincompreensão entre discursos que constituem um mesmo espaço discursivo, porém com posicionamentos ideológicos diferentes. O termo interincompreensão designa a *incompreensão* recíproca *entre* os enunciadores de um discurso e de outro. No processo de interpelação por uma dada formação discursiva, o enunciador não compreende, não reconhece seu outro, a não ser pela sua própria formação discursiva. Para assegurar seu espaço, um discurso só interage com outro por meio de simulacros, a fim de rebaixá-lo, desautorizá-lo, desacreditá-lo. Trata-se, pois, de “desqualificar o adversário mostrando que ele viola as regras do jogo (mentindo, produzindo citações inexatas, informações errôneas, sendo incompetente, pouco inteligente, etc...)” (p. 114). Nas palavras do autor, “polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável” (p. 114).

Destringendo a noção de interincompreensão, Maingueneau (2005) apresenta as noções de discurso-agente e discurso-paciente para explicitar sua abordagem do processo de tradução e construção de simulacro entre discursos: aquele que ocupa a “posição de tradutor” é o discurso agente e aquele que “é traduzido”, o discurso-paciente (p.103). Quem assume a posição de discurso agente, para legitimar sua identidade constitutiva, realizará a tradução de um discurso paciente, incomprendendo-o, ou seja, projetando sobre ele as categorias negativas (semas negativos) de seu próprio discurso. Com relação ao termo “tradução”, o autor esclarece que não se pode confundi-lo com “tradução



interlinguística”, de um idioma a outro, mas que se deve compreendê-lo como tradução de um discurso por outro no interior de uma mesma língua.

Ainda com relação à polêmica como processo de interincompreensão, Maingueneau (2005) distingue dois níveis: o nível *dialógico* que é o da interação constitutiva entre duas formações discursivas e o nível propriamente *polêmico* que é o da heterogeneidade mostrada. Assim, a noção de polêmica reveste-se de um outro sentido no arcabouço teórico da análise de discurso, não coincidindo com a idéia controvérsia violenta, habitualmente associada a ela. “A tradução do Outro, a construção de um simulacro podem, pois, abranger todos os planos da discursividade” (p. 112). A heterogeneidade pode emergir à flor da pele dos enunciados, ou imergir soterrada por camadas arqueológicas que dificilmente se deixam perceber pelo olhar distraído do analista.

A grade semântica formada pelas noções interligadas de interdiscurso, polêmica, interincompreensão, tradução e simulacro constitui uma referência e um instrumental fecundo para pesquisas em análise de discurso. É, pois, com essas noções que perscrutamos o espaço discursivo em que modernistas, aqui representados por Mário de Andrade, afirmam sua posição a favor da autonomia da língua que se fala no Brasil.

Notas analíticas

O parnasianismo re-orientou os ideais da expressão literária para o conservadorismo purista, contestando a bandeira de abasileiramento da língua empunhada pelos românticos. É, pois, com a posição conservadora que os modernistas têm de se haver para concluir o projeto de nacionalização literária, artística e linguística do país. Neste estudo, o discurso modernista se faz ouvir pela voz de Mário de Andrade. Nos enunciados recortados da obra do autor, aflora a polêmica com a posição conservadora em relação à língua e também com alguns postulados do próprio modernismo.

Se retomarmos o tripé proposto por Maingueneau (2005) à guisa de operacionalização do conceito de interdiscurso, vislumbramos o campo das Letras, constituído pelos discursos gramatical, literário, filológico, dialetológico, dentre muitos outros que se encontravam em concorrência nessa região do “universo discursivo” da formação social brasileira contemporânea a Mário de Andrade. E, como “espaço discursivo” a ser investigado, recortamos a relação entre o discurso modernista e o discurso conservador, no que diz respeito aos embates de sentidos na interpretação da linguagem falada-escrita no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Consideradas as condições sócio-histórico-ideológicas em que vivia o escritor, a formação discursiva conservadora era representada pelos parnasianos, muitas vezes referidos nos enunciados aqui estudados, e também pelos gramáticos tradicionais.

Na SD1, a seguir, o enunciador nomeia a disputa entre a ex-colônia e a metrópole:

SD1 Mal é não termos uma consciência nacional verdadeira, isso acho indiscutível. Quanto as nossas relações com os portugues, que continuem como estão, é gostoso. Queixas, briguinhas... Portugal grita de lá: Eu sou maior! O Brasil grita de cá: Eu sou mais grande! (ANDRADE, [1930] 1976, p. 189).

Observamos, na SD1, uma retomada da tópica do nacionalismo, cuja memória discursiva remonta ao romantismo, movimento que se atribuiu a prerrogativa de completar a emancipação do Brasil em relação a Portugal. Não bastava romper com a dominação política, era necessário conquistar a autonomia cultural, artística, literária e, sobretudo, linguística. Preterido durante o parnasianismo que voltava a ter como baliza os ideais universais clássicos, o nacionalismo é retomado com todo vigor pelo modernismo. Assim, “ter uma consciência nacional verdadeira” é um lema fundador da formação discursiva modernista. É, pois, como enunciador modernista que Mário de Andrade enuncia “Mal é não termos uma consciência nacional verdadeira”, em que a negação “não” é uma denegação. Conforme Indursky (1990, p. 120),



entendemos a denegação discursiva como “aquela que incide sobre um elemento do saber próprio à formação discursiva que afeta o sujeito do discurso”. Por razões conjunturais, o enunciador, que é um modernista falando em nome de todos os modernistas (por isso, o “nós” inclusivo), não pode afirmar ainda “temos uma consciência nacional verdadeira”. Daí decorre o lamento expresso por meio do termo “Mal” que modaliza o enunciado do desejo de uma nação independente em todos os planos como aquilo que falta, como o irrealizado.

Para ele, ter essa consciência pressupõe agir como brasileiro em todos os sentidos, sem a necessidade de se importar com Portugal. Havia, sim, controvérsias históricas entre Portugal e Brasil, como deixa entrever o verbo “continuar”, referindo-se a “queixas” e “briguinhas” que vêm do passado e apontam para o futuro, a julgar pelo uso do presente do subjuntivo “continuem”. O enunciador refere-se amorosamente a essas rugas, empregando o diminutivo “briguinhas” e o predicativo “é gostoso”, para qualificar a relação de amor e ódio com “os portugues”, lembrando, em certa medida, o que se passa entre casais de namorados. Ao se referir aos portugueses como “portugas”, uma designação informal e jocosa, Mário inverte/brinca com a assimetria histórica que preside as relações entre os ex-colonizados e seus colonizadores. O tom é de cumplicidade e de irreverência, não de assujeitamento ou insurreição.

As “briguinhas” motivadas pelas diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal encontram-se exemplarmente materializados na SD1, por meio dessas duas frases – “Portugal grita de lá: Eu sou maior! O Brasil grita de cá: Eu sou mais grande!” – produzidas na forma de eco, porém com a diferença de que o grito luso se faz em português castiço (Eu sou **maior!**) e o grito brasileiro que responde de volta se faz em português mestiço (Eu sou **mais grande!**). O uso do comparativo de superioridade na forma analítica (mais grande), em lugar da forma sintética (maior), como prescreve a gramática normativa, constitui um brasileirismo, a que Mário concede *status* de cidadania. Em consonância com seu projeto de construção de uma identidade linguística brasileira, Mário leva

para a cena pública do jornal ou do livro muitos fenômenos linguísticos que eram silenciados sob a pecha de erros, vulgarismos, solecismos etc.

Na SD2, a seguir, excerto de um suposto diálogo com jornalistas, é possível constatar o empenho deliberado de Mário em conferir cidadania àquilo que a imprensa taxava de solecismos (e, por isso, corrigia) e ele via como traços da fala brasileira que não deveriam ser corrigidos:

SD2 – Não dou entrevistas a vocês jornalistas.

– Por quê?

– Porque *A Noite*, certamente, há de querer modificar *o meu português*.

– Mas *A Noite* publicará as suas palavras tim-tim por tim-tim.

– Com todos os meus solecismos, ou melhor, com aquilo que vocês passadistas chamam solecismo?

– Perfeitamente.

– Pois, então, vamos lá. Mas, para que saia tudo exatamente como eu disser, você faz as perguntas e eu as responderei escrevendo na máquina. (AFPF-PB², [1925]1981, p. 134).

Nessa encenação de diálogo com jornalistas, Mário se recusa a dar-lhes entrevistas por discordar de uma prática habitual da imprensa que era a de corrigir o *seu português*, pondo-o de acordo com as normas do padrão gramatical. Com relação aos brasileirismos, o escritor sempre os incluía deliberadamente em seus textos literários e não-literários. Ele, incansavelmente, repetia ter a coragem “de agir em vez de ficar no discurso ‘Irmãos fazei!’” (ANDRADE, EGFB-GMA, [1928] 1990, p. 316). Assim, apenas quando o jornalista lhe promete repetir “as suas palavras tim-tim por tim-tim”, ele consente em dar a entrevista e ainda com a condição de que ele mesmo escreva as respostas para que saia tudo exatamente como ele disser”.

Na SD2, podemos observar um enredamento entre o discurso modernista e o discurso conservador no modo de significar o português brasileiro, tal que o próprio Mário se flagra empregando o termo “solecismo”, tomado do idioma do Outro. Porém, ao se dar conta do ato falho em que incorrera, introduz uma correção por meio do modalizador autonímico de

² AFPF-PB: Assim falou o papa do futurismo/Português do Brasil



retificação “ou melhor”, remetendo a palavra “solecismo” aos jornalistas que falam interpelados pela formação discursiva conservadora, traduzidos pejorativamente como “você passadistas”. O uso do retificador “ou melhor” faz da heterogeneidade constitutiva um caso de heterogeneidade mostrada. Um enunciador modernista não traduziria os brasileirismos como “solecismos”, uma vez que, no universo da tradição gramatical, o termo figura entre os “vícios de linguagem”, a serem evitados. Conforme o Dicionário Houaiss (2009), “solecismo” é “o erro contra regras da linguagem”, “a intromissão, na norma culta da língua, de construções sintáticas alheias à mesma”. Mário não classificaria as construções linguísticas alheias à norma padrão do português como “solecismos”, porque, para ele, elas não constituem erros, imperfeições ou falhas, mas são traços normais, regulares, característicos da fala/língua brasileira. São constâncias do português falado no Brasil.

Nas SD3 e SD4, a seguir, Mário de Andrade tematiza o retrocesso que o projeto romântico de construção de uma identidade linguística brasileira experimenta na pena dos parnasianos:

SD3 Estávamos desvirtuados pela gramatiquice em que caiu a nossa literatura com a geração de Machado de Assis e o Parnasianismo. Veja bem que não culpo Machado de Assis, um gênio no meu entender, da existência dum Laudelino Freire. Os gênios se justificam, meu Deus! Porque a genialidade os eleva acima das contingências. Mas aquela linguagem mais da terra, que vinha se formando com os Românticos, virara com Bilaques e outros muito piores, Coelho Neto e a genialidade dos bons colocadores de pronomes à portuguesa, uma coisa oficial, gélida ver um Ministério das Relações Exteriores. E abriguei a minha língua (CSS-PB³, [1935]1981, p. 157).

SD4 A necessidade nova de cultura, se em grande parte produziu apenas, em nossos parnasianos, maior leitura e conseqüente enriquecimento de temática em sua poesia, teve uma conseqüência que me parece fundamental. Levou poetas e prosadores em geral a um... culteranismo novo, o bem falar conforme as gramáticas lusas. Com isso foi abandonando aquela franca tendência pra escrever apenas pondo em estilo gráfico a linguagem falada, com que os românticos estavam caminhando vertiginosamente para a fixação estilística de uma

³ CSS-PB: Carta a Sousa da Silveira/Português do Brasil

língua nacional. Os parnasianos, e talvez seu maior crime, deformaram a língua nascente, “em prol do estilo” (...) Essa foi a grande transformação. Uma necessidade de maior extensão de cultivo intelectual para o poeta atingiu também a poesia. Da língua boa passou-se para a língua certa (ANDRADE, EP⁴, [1944]1972, p. 11-12).

Essas sequências mostram as controvérsias existentes no espaço discursivo constituído pelas formações discursiva modernista e conservadora em torno da identidade linguística brasileira, a primeira na condição de agente e a segunda na condição de paciente, o que determina a direção do processo de tradução. Como modernista, Mário tem de se haver diretamente com os parnasianos, que representam uma reação contra o projeto de abasileiramento da língua nacional iniciado com vigor pelos românticos. Como modernista, Mário introduz o Outro em seu discurso na forma do simulacro que dele constrói. Por exemplo, refere-se ao purismo linguístico, abonado e praticado pelos parnasianos, como “gramatiquice” (SD3) e como “culteranismo” (SD4). Ambas as designações revestem-se de um caráter depreciativo, na medida em que nomeiam uma sujeição exagerada, quase caricatural, à tradição gramatical, ao revés do movimento de constituição de uma identidade linguística brasileira. Assumindo, pois, a posição de agente, o discurso de Mário se ocupa em interpretar e traduzir o discurso paciente, segundo os semas negativos de sua própria formação discursiva, realizando do Outro o que Maingueneau (2005, p. 114) chama de interincompreensão. Semas positivos da formação discursiva parnasiana – ilustração, refinamento, erudição, classicismo, preciosismo e todos os sentidos que se aninham no termo “culteranismo” – tornam-se negativos quando lidos por um sujeito interpelado pela formação discursiva modernista, comprometido com o ideal de abasileiramento da língua e da literatura.

Na SD3, exceção feita a Machado de Assis, considerado um gênio, Mário achincalha os escritores parnasianos que, como os “Bilaques e outros muito piores, Coelho Neto e a genialidade dos bons colocadores de pronomes

⁴ EP: O empalhador de passarinho



à portuguesa”, transformaram a linguagem brasileira que vinha se formando com os românticos numa língua sem vida, morta (“oficial”, “gélida”), importada, estrangeira, alheia à nação (“ver um Ministério das Relações Exteriores”). Na SD4, novamente nos deparamos com a interincompreensão do discurso agente em relação à posição parnasiana. Pelo posicionamento discursivo a favor do purismo, os parnasianos são significados como aqueles que “deformaram a língua nascente, em prol do estilo”, como aqueles que estancaram o processo de constituição de uma identidade linguística brasileira, como aqueles que passaram da “língua boa” à “língua certa”, da “franca tendência pra escrever a linguagem falada” ao “bem falar conforme as gramáticas lusas”. “Língua boa” é aquela adequada para exprimir a alma brasileira, coerente com o projeto político-estético modernista de emancipação cultural e linguística em relação aos modelos portugueses; já “língua certa” é aquela que segue fielmente as normas gramaticais lusas, mas se mostra inadequada como instrumento de expressão de uma literatura brasileira.

Assim, a SD3 e a SD4 ilustram o processo de *interincompreensão* entre a formação discursiva modernista e a formação discursiva conservadora e a produção de simulacros da segunda pela primeira que ocupa a posição de agente e tradutora. Para garantir seu espaço, o discurso modernista procura rebaixar, desautorizar, desacreditar o discurso conservador, criticando a sua dependência com relação aos padrões linguísticos e estéticos europeus, alinhamento ideológico-discursivo que contraria o postulado central da formação discursiva modernista que tem, entre seus enunciados-chave, aquele de abasileiramento da língua, em consonância com o que já vinham fazendo os escritores românticos. Disso, decorre a relação de aliança que a formação discursiva modernista demonstra entreter com a formação discursiva romântica. Para mostrar que se coloca no lado oposto dos “Bilaques” & companhia, dos “colocadores de pronome à portuguesa”, dos que seguem uma língua morta, uma língua estrangeira, Mário afirma, em contraponto, na SD3: “E abasileirei a minha língua”, legitimando uma prática que considera mais coerente com o seu posicionamento ideológico-discursivo. Enquanto os

parnasianos procuravam helenizar, latinizar e lusitanizar sua forma de expressão, os modernistas lutavam para abasileirá-la.

Mário sempre buscou coerência entre o que defendia como princípio e o que efetivamente fazia. Se se colocava a favor do abasileiramento da língua, então ele mesmo deveria escrever usando abasileirismos, apesar de a crítica conservadora taxá-los de vícios de linguagem ou solecismos a serem evitados. Essa coerência entre o discurso e a prática era veementemente cobrada por ele de si mesmo e de seus colegas de movimento. Quando, por algum lapso, recaía no padrão gramatical luso, não faltava quem lhe apontasse as contradições. A SD5, a seguir, é um bom exemplo disso:

SD5 Não tem dúvida que me contradisse empregando mais pra diante o ‘chamar-lhe-iam’. Foi um lusitanismo que me escapou (ANDRADE CMB⁵, [1925]1958, p. 91).

A colocação pronominal sempre esteve no centro das polêmicas em torno das diferenças entre o português europeu e o português do Brasil. “É raro o dia em que (as prédicas públicas a serviço do fetiche gramatical) não apregoam a receita dos pronomes”, diz Mário Alencar no texto que denominou de *Período Pronominal* ([1919] 1981, p. 458). Enquanto os falantes portugueses tendiam para a ênclise, os brasileiros preferiam a próclise. A tendência para a próclise era tão forte no Brasil que Alencar chegou a escrever ter calado as razões e entregue “a cerviz à canga da proclítica” (ALENCAR, [1919] 1981, p. 458). Todavia, nada soa tão estranho a um brasileiro quanto a mesóclise. A mesóclise é a inserção do pronome oblíquo no meio do verbo e, segundo prescreve a norma padrão, deve ser usada com as formas do futuro do presente e do pretérito que não admitem ênclise. Com verbos nesses tempos, quando não houver restrição à próclise, ela pode ser usada, porém, quando houver, deve-se usar a mesóclise.

Para fugir à desconfortável mesóclise, os brasileiros chegam a mudar a estrutura sintática da oração. Contudo, os muitos anos de contato com a

⁵ CMB: Cartas a Manuel Bandeira



gramática prescritiva e a norma padrão acabam infundindo hábitos linguísticos que se tornam automáticos, principalmente entre aqueles que frequentam assiduamente a cultura letrada. Mário de Andrade se dizia conhecedor das normas gramaticais e até ter escrito um de seus textos ensaísticos de acordo com elas: “Eu tenho certeza de conhecer suficientemente a língua portuguesa pra escrever nela sem batatas e em suficiente estilo” (ANDRADE, EGFB-GMA, [1928] 1990, p. 45). Se desobedecia a legislação gramatical portuguesa não era porque não dominava suas leis, mas sim porque via a literatura como um espaço de luta, propício à constituição de uma identidade linguística brasileira.

Assim, na SD5 fala um sujeito dividido entre as constâncias do português brasileiro e as normas da gramática lusa. Mário parece responder a uma cobrança de coerência feita por alguém que flagrara o retorno do recalcado – a mesóclise – num de seus textos. Ele, um defensor do abrasileiramento da língua, surpreende-se colocando o pronome segundo a norma lusa. Admite ter se contradito, ao dizer “foi um lusitanismo que me escapou”. O verbo “escapar” sugere que o “lusitanismo”, ou seja, a mesóclise foi um ato falho e não algo intencional. Ele não pretendeu usá-la, mas, como ensina a teoria freudiana, os elementos recalçados não só não são aniquilados, como tendem a reaparecer inoportunamente por caminhos mais ou menos desviados, como os derivados do inconsciente, tais os atos falhos. De acordo com Mussalim (2005, p. 134), “o sujeito da AD se movimenta entre dois pólos sem poder definir-se em momento algum como um sujeito inteiramente consciente do que diz”. Como o discurso, “o sujeito é constitutivamente heterogêneo” e essa heterogeneidade frequentes vezes foge ao controle do imperativo da coerência e da consciência que busca manter a posição outra bem escondida no avesso do enunciado.

A recaída na mesóclise nos sugere que o enunciador Mário de Andrade habita um “entre-lugar” (BHABHA, 2005) que explode a polarização entre passado e presente, tradição e modernidade, identidade e diferença, civilização e cultura, interior e exterior, inclusão e exclusão, língua

portuguesa e língua brasileira. Ao invés da “negação” do passado, da tradição, da civilização, da identidade alienada, da língua portuguesa, podemos, com Bhabha (2005, p. 51), falar em “negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política”. Contudo, Bhabha nos adverte para o risco de o termo “negociação” ser entendido pelo viés do discurso sindicalista como pacificação de conflitos e como acordo entre as partes. Tal como ele a entende, a “negociação” junta “os elementos antagônicos e oposicionais sem a racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência” (BHABHA, 2005, p. 52); ela nem dissolve e nem resolve os confrontos, apenas os traduz. A mesóclise é, assim, o elemento colonial rasurado que a luta pela descolonização linguística quer silenciar por um processo de amnésia, mas que está pronto para ressurgir, uma vez que a “tradução é a abertura de um outro lugar cultural e político de enfrentamento no cerne da representação colonial” (p. 62). Trata-se, pois, de uma visão da cultura não como uma unidade fechada e estável, mas como “zona de instabilidade oculta onde o povo reside” (p. 65) e que faz com que cada um de nós aja como um sujeito cindido, contraditório, fragmentado, movente, não raro inconsciente do que pensa e diz, muito diferente daquela imagem do sujeito cartesiano, uno, coerente, inteiro, imóvel, consciente do que pensa e diz.

Na SD6, a seguir, o enredamento interdiscursivo entre a formação discursiva modernista e a conservadora pode ser novamente observado na explicação que o enunciador fornece para o fato de ainda não termos uma fala propriamente brasileira.

SD6 (A fala brasileira) Inda não existe. No entanto na pronúncia temos já uma língua inteiramente apartada da fala portuga. Essa pronúncia e todos os fenomenologia [sic] fonética já nos teriam levado pra outra fala si não fosse a reação erudita (ANDRADE, EGFB-GMA⁶, [1928]1990, p. 51).

⁶ EGFB-GMA: Esboços para a gramatiquinha da fala brasileira/A gramatiquinha de Mário de Andrade.



Nessa SD, a existência da “fala brasileira” emerge como um alvo do projeto modernista, uma vez que o enunciado “Inda não existe” faz supor que ela era visada. É o advérbio ‘Inda’ (ainda) que traz à tona o sentido de que a constituição da fala brasileira estava inclusa no projeto de nacionalização do Brasil, uma vez que ele ficara a meio termo com a nossa independência política em relação a Portugal. Contudo, apesar de não existir uma fala integralmente brasileira, em termos da “pronúncia” e dos “fenômenos fonéticos”, ela já se apresenta “apartada da fala portuguesa”. Tais características já teriam levado “pra outra fala”, ou seja, para “a fala brasileira”, “não fosse a reação erudita”. O sintagma “a reação erudita” evoca as fricções entre o discurso modernista e o discurso conservador no espaço discursivo aqui focalizado. À *ação* modernista em prol da constituição de uma identidade linguística brasileira, inalienável da emancipação literária em relação aos modelos clássicos portugueses, correspondia a *re-ação* conservadora, que insistia em manter a sujeição ao padrão gramatical impingido pela metrópole lusitana. Destarte, o termo “reação” torna presente, nessa sequência, o processo de interincompreensão que fomenta a polêmica entre modernos e conservadores no que tange à constituição de uma identidade linguística nacional. A SD6 é também um bom exemplo do que significa enunciar sobre a língua brasileira no entre-lugar, no espaço das contradições e da ambivalência entre os discursos modernista e conservador, no lugar da indecidibilidade e da hesitação. Nesse lugar, não podemos estranhar que um enunciador diga que “a fala brasileira inda não existe”, para, logo em seguida, afirmar que ela, na pronúncia, é “já uma língua inteiramente apartada da fala portuguesa”. Ele afirma o contraditório: ela não existe, mas existe. E assim enuncia não porque esteja privado de sua razão, mas porque se encontra num entre-lugar, como alguém que viveu/vive “longas e tirânicas histórias de dominação e reconhecimento” (BHABHA, 2005, p. 65), como alguém que experimenta a agonia de não conseguir se desvencilhar do fantasma do Outro.

Na SD7, Mário refere-se à “mocidade geral do Brasil”, como aliada na luta pela constituição de uma identidade linguística brasileira:

SD7 Por outro lado nós vemos a mocidade geral do Brasil, bem ou mal fazendo, exagerando ou não, combatendo ou não: o certo é que despercebida de Portugal e das regras, normas e exemplos da tradição linguística de lá. E goste ou desgoste quem quer que seja, essa mocidade predomina e está fazendo o Brasil (ANDRADE, TCDN⁷, [1929]1976, p. 112).

No início do enunciado, o conector “por outro lado” faz supor que, se “por um lado” havia a reação erudita dos conservadores, “por outro lado” havia o apoio da mocidade que, “despercebida de Portugal e das regras, normas e exemplos da tradição linguística de lá”, estava “fazendo o Brasil”, ou melhor, estava ajudando a completar o processo de nacionalização do país. O termo “despercebida” introduz um posicionamento de Mário que se tornaria uma constante nos seus textos – o de não mais opor Brasil a Portugal, o de não mais reagir contra o colonizador, como mostrarão as SD8, 9, 10 e 11, a seguir. Não seria pela pena daqueles que brigam com Portugal, que a fala brasileira avultaria como a fala geral da nação, mas sim pela “mocidade” que, sem se importar com Portugal, sem medo de errar e exagerar e sem se importar com as críticas, vai fixando os padrões linguísticos e literários brasileiros. Mário demonstra indiferença em relação àqueles que desgostam do que a “mocidade” vem fazendo, já que ela “predomina e está fazendo o Brasil”. Na SD7, Mário de Andrade reconhece a força da escrita da juventude como prática política que está produzindo a autonomia linguística do Brasil, que está fazendo um Brasil independente. Trata-se, pois, de sublinhar o valor de uma política exercida efetivamente pela escrita literária, para além da mera militância nacionalista.

Nos enunciados anteriores observamos a polêmica entre o discurso conservador e o discurso modernista, pelo viés de um enunciadador interpelado pelo modernismo. Então, vamos observar a polêmica no escopo mesmo do

⁷ TCDN: Táxi e crônicas no diário nacional



discurso modernista, uma vez que Mário desafia em relação a algumas posturas abonadas por ele, como a de insurreição contra Portugal, tão visível nas SD8 a SD11:

SD8 - Os escritores nacionais célebres têm às vezes incitado, aconselhado a libertação nossa de Portugal – João Ribeiro, Graça Aranha. Principiam por um erro: opor Brasil e Portugal. Não se trata disso. Se trata de ser brasileiro e não nacionalista. Escrever naturalmente brasileiro sem nenhuma reivindicação nem queixa (ANDRADE, EGFB-GMA⁸, [1928]1990, p. 48).

SD9 - Acho engraçado essa mania de certa gente que pra ser duma nação carece do dinamismo de qualquer ideia antagonica pra ser nacional. Bobagem. Não se trata de nacionalismo reivindicador, minha gente. Isso é ridículo. Se trata de ser brasileiro e nada mais. E prá gente ser brasileiro não carece agora de estar se revoltando contra Portugal e se afastando dele. A gente deve ser brasileiro não pra se diferenciar de Portugal porém porque somos brasileiros. Brasileiros sem mais nada. Brasileiros. Sentir, falar, pensar, agir, se exprimir naturalmente. Como brasileiro. Criar esses antagonismos e lá se vai a integração no Cosmos por água abaixo. [...] Ora aplicando o caso à língua o que a gente tem de fazer é isso: ter a coragem de falar brasileiro sem si amolar com a gramática de Lisboa. Dar cada um a sua solução pessoal de falar brasileiro pra que depois um dia os gramáticos venham a estabelecer a gramática do Rio de Janeiro. Está certo. Vejam bem: falei “sem se amolar com a gramática de Lisboa” e não “se opondo à gramática de Lisboa”. Não se trata de reação contra Portugal. Trata-se duma independência natural, sem reivindicações, sem nacionalismos, sem antagonismos, simplesmente, inconscientemente. Se trata de “ser”. O

brasileiro tem direito de ser (ANDRADE, EGFB-GMA⁹, [1928]1990, p. 332-333).

SD10 - Assim não é contra a língua portuguesa que eu reajo. Eu só raciocino isto: A gente é um povo livre, um povo com entidade social, falando a sua fala. Ora que que tem que ver essa fala com o português! É nossa fala, pouco me importa agora que venha dum pai portuga com tangente pelas fêmeas negras e tapuis. É minha fala. É minha? É. Então falo o brasileiro, observando o brasileiro que se fala no Brasil e

⁸ EGFB-GMA: Esboços para a gramatiquinha da fala brasileira/A gramatiquinha de Mário de Andrade.

⁹ EGFB-GMA: Esboços para a gramatiquinha da fala brasileira/A gramatiquinha de Mário de Andrade.

introduzindo nele minha individualidade (ANDRADE, EGFB-GMA¹⁰, [1928]1990, p. 377).

SD11 - Não reaja não. Reagir enfraquece. Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que fiz (ANDRADE, CMB¹¹, [1929]1958, p. 222).

Podemos dizer que as sequências discursivas de 8 a 11 entretêm uma relação parafrástica. Isso significa que elas divergem quanto à forma, mas convergem quanto ao sentido, ou seja, quanto ao modo de o enunciador interpretar a relação entre Brasil e Portugal no tocante à questão linguística. Mário desaprova o nacionalismo reivindicador do modernismo que tinha por princípio a ruptura com a língua, a literatura e a gramática d'além mar como caminho para a constituição de uma identidade linguística brasileira, bem como de uma literatura emancipada da portuguesa. No quadro a seguir, observamos os enunciados que poderiam ser ditos por um modernista qualquer, a exemplo de João Ribeiro e Graça Aranha, mencionados na SD8, em comparação com aqueles ditos por Mário de Andrade:

Posição modernista geral	Posição modernista de Mário
opor Brasil e Portugal	Não se trata disso (opor Brasil a Portugal).
carecer de ideia antagônica pra ser nacional	Não se trata de nacionalismo reivindicador, minha gente. Isso é ridículo. Se trata de ser brasileiro e nada mais
revoltar-se contra e afastar-se de Portugal	E prá gente ser brasileiro não carece agora de estar se revoltando contra Portugal e se afastando dele.
diferençar-se forçadamente de Portugal	A gente deve ser brasileiro não pra se diferençar de Portugal porém porque somos brasileiros. Brasileiros sem mais nada. Brasileiros. Sentir, falar, pensar, agir, se exprimir naturalmente. Como brasileiro.
amolar-se com a gramática de Lisboa	[...] o que a gente tem de fazer é isso: ter a coragem de falar brasileiro sem si amolar com a gramática de Lisboa.
opor-se à gramática de Lisboa	Vejam bem: falei “sem se amolar com a gramática de Lisboa” e não “se opondo à gramática de Lisboa”.
reagir contra Portugal	Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim.
ser nacionalista	Trata-se duma independência natural, sem

¹⁰ EGFB-GMA: Esboços para a gramatiquinha da fala brasileira/A gramatiquinha de Mário de Andrade.

¹¹ CMB: Cartas a Manuel Bandeira.



ser reivindicador ser antagonista	reivindicações, sem nacionalismos, sem antagonismos, simplesmente, inconscientemente. Se trata de “ser”. O brasileiro tem direito de ser.
--------------------------------------	--

Como todos aqueles que falam interpelados pelo discurso modernista, Mário de Andrade também cultivava o projeto de abrigar a língua nacional. Porém, enquanto a maioria dos modernistas entendia o processo de abrigamento da língua nacional como antagonismo, oposição, reação, reivindicação de independência, a julgar pelos predicados listados na primeira coluna do quadro anterior, Mário o entendia como um dar de ombros a Portugal, como ter o direito de falar brasileiro sem se preocupar com o modo de falar de Lisboa ou Coimbra. Estamos diante de um caso de polêmica interna a um mesmo discurso, o discurso modernista. O enunciador comunga com seus companheiros de modernismo várias teses, mas diverge deles em relação à postura belicosa assumida contra aquilo que vem de Portugal.

Por essa razão, é abundante o uso da negação polêmica, materializando o confronto de pontos de vista. Via de regra, a negação polêmica (INDURSKY, 1990) expressa o confronto de posições originárias de formações discursivas antagônicas, contudo, aqui, o confronto se dá em torno de uma questão localizada no escopo do próprio modernismo. A cada enunciado modernista clássico, urdido com base no antagonismo Brasil/Portugal, Mário replica com uma negação, recorrendo a termos como “não”, “sem”, “nenhuma”. Se o enunciado é “Reagir contra Portugal”, Mário devolve “*Não* reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim”. Se o enunciado é: “Amolar-se com e opor-se à gramática de Lisboa”, Mário replica: “[...] o que a gente tem de fazer é isso: ter a coragem de falar brasileiro *sem* si amolar com a gramática de Lisboa”, valendo-se, inclusive, de uma sobreasseveração (MAINGUENEAU, 2008), para enfatizar seu posicionamento discordante em relação aos demais modernistas: “Vejam bem: falei ‘*sem* se amolar com a gramática de Lisboa’ e não ‘se opondo à gramática de Lisboa’”.

Se o poder português não se fazia mais sentir no campo da política e da economia, ele era ainda muito ostensivo no campo da cultura e da língua. E, segundo Foucault, onde há poder, há resistência. Aliás, a resistência não é “anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 1982, p. 241). Na medida em que o poder português ainda se fazia sentir no campo das Letras e da cultura brasileira, o movimento modernista representava uma forma de resistência que abria, a ferro e fogo, espaços de luta contra a hegemonia das normas linguísticas e dos cânones literários portugueses. Menos visíveis do que a colonização e o poder exercidos sobre o território e os corpos dos brasileiros, a colonização e o poder exercidos sobre a cultura, a língua e a alma não haviam cessado um século depois do acontecimento da Independência, daí a resistência e a transgressão dos modernistas.

Assim, quando Mário criticava a oposição que os seus companheiros de modernismo faziam a Portugal, muito provavelmente não era contra a resistência em si que se opunha, mas contra a estratégia de antagonismo declarado usada por eles. Ele via como necessária a mudança dessa estratégia de guerra para outra aparentemente não beligerante, que seria a de ignorar, ou melhor, a de deixar de se importar com o inimigo – afirmar-se como brasileiro *sendo* brasileiro, *escrevendo* brasileiro, *produzindo literatura e cultura* brasileira e *não brigando* com Portugal. Tanto mais literatura e saber brasileiros produzíssemos, mais aptos para nos afirmarmos com “ser brasileiro”, diante das outras nações, estaríamos. Vemos, pois, um deslizamento do termo “brasileiro” da condição de adjetivo que qualifica uma língua, uma fala ou um povo para a condição de um substantivo que designa o homem de origem brasileira. Há uma espécie de “entização” do brasileiro (“Se trata de “ser””. O brasileiro tem direito de ‘ser’”). Imaginado como um “ente”, como um ser que já existe, como um ser que já é, o brasileiro pode ser/falar naturalmente brasileiro sem ter de se apartar da língua do Outro, a ponto de poder declarar algo que soa como um *nonsense*: “Todas as palavras de todas as línguas do mundo pertencem à fala brasileira” (ANDRADE, EGFB-GM,



1990, p.375). Na sua condição de “ente”, o brasileiro deveria participar da construção de uma nação distinta e emancipada de Portugal sem, contudo, recair no nacionalismo estreito e xenófobo praticado por muitos de seus companheiros de movimento.

Também não podemos deixar de considerar que Mário era um *internacionalista* convicto. A rivalidade e a guerra linguística e literária contra Portugal lhe soavam equivocadas, já que pensava “o ser brasileiro” não enclausurado pelas fronteiras nacionais. Ele defendia o ponto de vista de que podíamos ser brasileiros sem sermos estreitamente nacionalistas, de que poderíamos ter uma voz própria, reconhecida mundialmente, sem necessidade de nos apartarmos por completo de Portugal, pois o antagonismo atrapalharia a ligação com o Cosmos. Diz Mário: “Criar esses antagonismos e lá se vai a integração no Cosmos por água abaixo”. Era como uma expressão nova que a fala brasileira deveria fazer parte do concerto *internacional* e não como uma fala em guerra contra Portugal. “Reagir enfraquece”, pois quebra o vínculo com o Cosmos. Não foi apenas por essa posição que Mário se apartou dos modernistas no que toca ao anti-lusitanismo, mas também por reconhecer que estávamos inextricavelmente ligados a Portugal: “Temos é natural por hereditariedade muitos costumes, expressões, jeitos, ações evolucionadas do portuga. Até intactos quase, alguns... [...] É um erro porque esses sentimentos, costumes, expressões e ações são agora tão nossos quanto dos portugas” (SD9). Finalmente precisamos lembrar que, para Mário, não ser anti-lusitanista não significava ser lusitanista, significava apenas “não se importar com Portugal”, “esquecer Portugal”, significava ser brasileiro “naturalmente”, “simplesmente”, “inconscientemente”, “sem mais nada”, “sentir, falar, pensar, agir... Como brasileiro”, sem calar/corriger/apagar o brasileiro que havia em cada um de nós.

Nas SDs 8 e 9, há uma insistência no uso do predicado “ser brasileiro” em contraposição a “ser nacionalista”. Tais predicados nominais, que, à primeira vista, poderiam ser percebidos como sinônimos, quando remetidos às condições sócio-histórico-ideológicas em que Mário enunciou sobre a

língua/fala brasileira, assumem sentidos distintos. Nesse espaço-tempo, havia, em meio à *intelligentsia*, uma vontade coletiva de constituição da nacionalidade, mas essa vontade significava coisa muito diferente se ela fosse a vontade do legitimista ou a do modernista. A nação significava coisa muito diferente para um e para outro. A reivindicação de “ser nacionalista” não necessariamente incluía o imperativo de falar brasileiro. Por exemplo, entre os legitimistas que conviveram com Mário, a vontade coletiva de nação poderia significar a defesa, como língua nacional, de um português puro, o mais fiel possível àquele de Portugal. Afinal, a unidade imaginária da nação vinculava-se simplesmente a uma suposta unidade linguística, garantida pelo reconhecimento de uma língua nacional, independentemente de essa língua ter sido legada pelos nossos colonizadores, como afirma Bilac (*apud* PINTO, 1978, p. 365): “A pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo. [...] A morte de uma nação começa pelo apodrecimento de sua língua”.

Isso significava expiar a língua portuguesa dos feios aleijões introduzidos pelo povo, dos solecismos e, principalmente, dos estrangeirismos que ameaçavam a soberania nacional. Para os legitimistas, o idioma pátrio era a língua portuguesa, cabendo-lhe o papel de guardiões da sua pureza, da sua correção. Destruir sua integridade significava destruir a integridade nacional. Entre eles, o binômio **uma** nação/**uma** língua atualizava-se como Brasil/Língua Portuguesa. Porém, se a vontade coletiva de nação fosse a dos modernistas, o desejo de “ser brasileiro” incluía o imperativo de falar brasileiro. Entre eles, o binômio nação/língua atualizava-se como Brasil/falar brasileiro. A forma “ser” é a cópula que liga um sujeito a um predicado que lhe é essencial – ser brasileiro é falar brasileiro. Mas se falar brasileiro não significa falar português, também não significa não falar português, uma vez que o português (“formas evoluídas ou até intactas de português”) encontra-se inextricavelmente enredado na fala brasileira.

Dessa forma, nas SDs 8, 9, 10 e 11, Mário de Andrade apresenta-se, pois, como enunciador que fala do entre-lugar, onde o hibridismo, a



mestiçagem, desfaz a polarização entre português e brasileiro: “É nossa fala, pouco me importa agora que venha dum pai portuga com tangente pelas fêmeas negras e tapuis” (SD10), que seja fruto das históricas interações mamelucas, mulatas ou cafusas. O (*inter*)nacionalismo marioandradino não se equacionava, pois, nem à cultura civilizada, à maneira dos paranasianos, nem à cultura em sentido telúrico, à maneira dos regionalistas, mas vislumbrava uma *negociação* entre elas. Como afirma Bhabha (2005, p. 51), a *negociação* em lugar da *negação* refere-se a “uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios”. A expressão mais contundente da clivagem do sujeito na negociação de posições antagônicas encontra-se materializada no fio do enunciado por meio da denegação presente em: “Não reaja não. Reagir enfraquece”, uma forma de negação que recai sobre enunciados do próprio discurso modernista, na medida em que o desejo incontido de reagir contra Portugal se apresenta por meio da negação. Deparamo-nos aqui com o sujeito consciente debatendo-se com o sujeito do inconsciente para trazer à tona aquilo que funciona na forma do esquecimento.

Notas finais

As análises aqui realizadas abonam a tese de que um discurso é sempre heterogêneo, sempre permeado por outros discursos com os quais estabelece relações de aliança, de confronto, de concorrência, de dissensão ou de neutralidade. De igual modo, abonam a tese da polêmica como interincompreensão entre universos semânticos relativos a discursos que partilham algum fundo comum, mas divergem quanto ao modo de interpretá-lo. Sem que o fundo comum seja reconhecido pelos enunciadores, que falam interpelados por diferentes discursos que integram um campo, não há polêmica, pois, para que ela exista, é preciso subsumir que se fala sobre uma mesma coisa, ainda que por diferentes vieses interpretativos. No caso aqui estudado, modernistas e conservadores compartilham a percepção de que o

português falado-escrito no Brasil não é o mesmo de Portugal, contudo, divergem quanto à forma de interpretar essa alteridade. Conservadores tendem a interpretar a mudança como nociva ao português lusitano, como destruição de sua pureza, como corrupção da língua original; modernistas interpretam-na como benéfica, como transformação natural do português que, num dado momento de sua história, entrou em contato com outras línguas.

Como cada um desses discursos interpreta a alteridade linguística segundo um ponto de vista próprio, quando se depara com o ponto de vista outro, não o compreende senão como aquilo que rejeita, traduzindo-o por meio de simulacros. Enfim, para constituir-se, o discurso modernista procura rebaixar, desautorizar, desacreditar o discurso conservador, criticando sua fidelidade à Tábua dos Mandamentos Gramaticais Portugueses. O Outro – o conservador – é nomeado/avaliado negativamente como “passadista”, “culteranista”, praticante de “gramatiquice”, “colocador de pronomes à portuguesa” e a língua que ele defende é dita “coisa oficial gélida”, “morta”, “um Ministério das Relações Exteriores”. Os parnasianos, pelo seu purismo exacerbado, são significados como aqueles que “deformaram a língua nascente, em prol do estilo”, como aqueles que abriram mão da “língua boa” pela “língua certa”. Assim, os semas positivos da formação discursiva parnasiana tornam-se negativos quando lidos por um sujeito interpelado pela formação discursiva modernista. Além da abundância de simulacros, a polêmica também aflora na pele dos enunciados por meio da negação polifônica, mediante uso de termos negativos, que exprimem o confronto de pontos de vista.

Mediante a formulação da negação polifônica, Mário de Andrade contradiz não só a posição defendida pelos conservadores, mas também certas teses modernistas com as quais ele não compactuava. A dissensão em relação ao próprio grupo modernista aflora nos enunciados por meio de termos como “não”, “sem”, “nem”, “nenhum”. Ao enunciado prototípico e programático do modernismo: “Reagir contra Portugal”, Mário replicava “*Não* reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim” (SD11). Isso não significava, entretanto,



que ele estava sucumbindo à canga lusitana, apenas que vislumbrava uma mudança de estratégia. Ao invés de uma guerra declarada, de um confronto aberto com Portugal, Mário incitava a ignorá-lo, a esquecê-lo, a dar de ombros àquele que havia dominado por séculos a produção literária brasileira: “Escrever naturalmente brasileiro sem nenhuma reivindicação nem queixa” (SD8), sem se importar em “coincidir” ou não com os modelos literários e o padrão linguístico português. Enfim, a energia despendida na briga deveria ser canalizada para a expressão brasileira. Quanto mais os escritores brasileiros se concentrassem na pesquisa e na produção de uma literatura de expressão nacional, mais o país se fortaleceria no cenário literário universal. Isso valia também para as demais artes. Ademais, Mário também reconhecia que havia muito de Portugal nos brasileiros e, se renegassem essa herança, poderiam quebrar a ligação com o cosmos, enfim, sua postura ética humanista acaba determinando o rumo de seu projeto estético de abasileiramento das Letras, Artes e Cultura.

Referências

ALBUQUERQUE, J. G. e COX, M. I. P. A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX. **Polifonia**, Cuiabá, EdUFMT, N. 3, 1997, p. 31-51.

ALENCAR, M. (1919). Período Pronominal. In: Pinto, E. P. **O Português do Brasil 1 (1820-1920)**. São Paulo: EDUSP, 1981, p. 457-468.

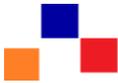
ANDRADE, M. Esboços para a Gramatiquinha da fala brasileira. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). **A Gramatiquinha de Mário de Andrade - Texto e Contexto**. São Paulo: Duas Cidades, [1928] 1990. (EGFB-GMA)

_____. **Taxi e crônicas no Diário Nacional**. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Ancora Lopez. São paulo: Duas cidades, 1976.

_____. **O empalhador de passarinho**. São Paulo: Martins; Brasília, INL, [1944] 1972. (EP)

_____. **Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958. (CMB)

_____. Mário de Andrade. In: PINTO, E. P. (Org.). **O Português do Brasil 2 (1920-1945)** - São Paulo: Edusp, 1981, 131-185.(PB)



AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, no. 19, jul/dez. 1990, p. 25-42.

BHABHA, H. K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.

BILAC, O. Instrução e Patriotismo. In: Pinto, E. P. **O Português do Brasil 1 (1820-1920)**. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 365.

BOSI, A. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COSERIU, E. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/ EDUSP, 1979.

FOUCAULT, M. **Foucault: Conceitos Essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

HOUAIS, A. e VILAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990, p. 117-122.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, [1984] 2005.

_____. Citação e destacabilidade. Trad. Roberto Leiser Baronas & Fábio César Montanheiro. IN: MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

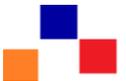
MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 2. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p.100-141.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PINTO, E. P. (Org.). **A Gramatiquinha de Mário de Andrade** - Texto e Contexto. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

_____. **O Português do Brasil 2. (1920-1945)**. São Paulo: Edusp, 1981.(PB).

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 3. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p.353-392.



SOARES, M. Estadual, Estadual, ou Estatual. In: Pinto, E. P. **O Português do Brasil 1 (1820-1920)**. São Paulo: EDUSP, 1981, p. 52 e 53.

Recebido em 25/03/2013.

Aceito em 25/06/2013.

Neila Barbosa de Oliveira Bornemann

Mestre em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/UFMT.

E-mail: neilabarbosa@hotmail.com

Maria Inês Pagliarini Cox

Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/UFMT.

E-mail: minescox@gmail.com